

CAPÍTULO 5

ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DA NORMA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Ângela Mota de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco UFPE
Especialista em Antropologia das Organizações - UFPE

RESUMO

Este estudo apresenta um relato de experiência sobre uma ação educativa voltada à equipe de Segurança do Trabalho em um hospital universitário, tendo como tema central a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência visual no ambiente institucional. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. O objetivo consiste em analisar a articulação entre práticas cotidianas e diretrizes normativas de acessibilidade, com ênfase na ABNT NBR 9050. A metodologia baseou-se na realização de uma intervenção formativa no formato expositivo-dialogado, orientada pela análise crítica de situações concretas vivenciadas no cotidiano institucional, associada à observação participante e à interpretação das interações produzidas durante a atividade. Os resultados evidenciam que, embora os profissionais apresentem domínio das normativas técnicas, persistem lacunas na incorporação das dimensões atitudinais e relacionais da inclusão, sendo identificadas barreiras como ausência de sinalização adequada, iluminação insuficiente e limitações na comunicação interpessoal. Conclui-se que a efetivação da inclusão requer a integração entre normativas técnicas, práticas institucionais e transformação das atitudes profissionais, destacando o papel estratégico das ações educativas na construção de ambientes mais acessíveis, seguros e equitativos.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Inclusão; Deficiência visual; Segurança do trabalho; NBR 9050.

INTRODUÇÃO

A compreensão contemporânea da deficiência tem sido progressivamente deslocada de uma abordagem biomédica para o modelo social, no qual as limitações deixam de ser atribuídas exclusivamente ao indivíduo e passam a ser compreendidas como resultantes das barreiras impostas pelo meio (Diniz, 2007). Esse deslocamento implica uma

reconfiguração das práticas institucionais, orientando-as para a eliminação de obstáculos que restringem a participação social.

No contexto hospitalar, tal discussão adquire relevância ampliada, uma vez que a organização dos espaços, dos fluxos e das práticas laborais impacta diretamente a segurança, a autonomia e a experiência dos sujeitos. A ABNT NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020) estabelece parâmetros técnicos voltados à eliminação de barreiras físicas e comunicacionais; entretanto, sua aplicação isolada mostra-se insuficiente para assegurar práticas efetivamente inclusivas.

A literatura evidencia que a inclusão demanda mudanças que extrapolam a dimensão normativa, envolvendo transformações culturais, institucionais e relacionais (Mantoan, 2003). Nesse sentido, a garantia da participação plena não se restringe ao acesso físico, mas implica o reconhecimento do sujeito em sua singularidade, conforme previsto na legislação brasileira (Brasil, 2015).

Diante desse cenário, ações educativas direcionadas a profissionais estratégicos, como a equipe de segurança do trabalho, assumem papel central na promoção de ambientes mais acessíveis, seguros e humanizados. Tais ações possibilitam a articulação entre saber técnico e experiência vivida, contribuindo para a construção de práticas mais sensíveis às múltiplas formas de interação com o espaço.

REVISÃO DE LITERATURA

A compreensão contemporânea da deficiência fundamenta-se no modelo social, que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras ambientais e sociais (Diniz, 2007). Essa perspectiva orienta a necessidade de transformação dos contextos institucionais, de modo a garantir condições equitativas de participação.

A acessibilidade, nesse contexto, configura-se como condição estruturante, sendo compreendida como o conjunto de medidas que assegurem o acesso, a autonomia e a segurança nos espaços e serviços. A ABNT NBR 9050 estabelece parâmetros fundamentais nesse processo. Contudo, conforme argumenta Sasaki (2009), a acessibilidade deve ser entendida de forma ampliada, envolvendo dimensões arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

Por sua vez, a inclusão constitui um processo relacional e dinâmico, que implica a transformação das práticas institucionais e o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do coletivo (Mantoan, 2003). Assim, enquanto a acessibilidade refere-se às condições de acesso, a inclusão se concretiza na qualidade da participação.

Nesse cenário, o acolhimento institucional emerge como dimensão fundamental, especialmente no que se refere à experiência dos trabalhadores no ambiente organizacional. O atendimento às demandas dos servidores envolve não apenas respostas operacionais, mas práticas de escuta,

reconhecimento e valorização, que impactam diretamente o engajamento e o bem-estar no trabalho (Mendes, 2007).

Associado a isso, o conceito de pertencimento assume centralidade, sendo compreendido como a experiência subjetiva de integração e reconhecimento no coletivo. Conforme argumenta Abraham Maslow, o pertencimento constitui uma necessidade humana fundamental, relacionada à construção de vínculos e à inserção social.

Nessa perspectiva, destaca-se o lema “nada sobre nós sem nós”, amplamente difundido pelos movimentos sociais de pessoas com deficiência, que reafirma a centralidade da participação ativa desses sujeitos nos processos decisórios. Tal princípio menciona práticas institucionais excludentes e reforça a necessidade de construção coletiva de políticas e ações inclusivas.

Esse entendimento dialoga diretamente com a noção de pertencimento, uma vez que participar das decisões e ser ouvido nos processos institucionais constitui elemento fundamental para que o indivíduo se reconheça como parte legítima do coletivo. Dessa forma, o lema “nada sobre nós sem nós” não apenas reafirma um princípio político, mas também evidencia uma dimensão ética da inclusão, na qual o acesso se articula à voz, à escuta e ao reconhecimento.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Relatar e analisar uma ação educativa voltada à equipe de segurança do trabalho, com foco na articulação entre vivências cotidianas e as diretrizes da ABNT NBR 9050 no contexto hospitalar.

Objetivos específicos

- a) Problematizar situações cotidianas relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência visual;
- b) Analisar a interface entre normativas técnicas e práticas inclusivas;
- c) Discutir a distinção entre acessibilidade e inclusão à luz do referencial teórico adotado.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa e fundamentação crítico-reflexiva, ancorado nos pressupostos da pesquisa em saúde que valorizam a compreensão dos fenômenos a partir de seus contextos e significados (MINAYO, 2014). A opção pelo relato de experiência justifica-se por possibilitar a sistematização de práticas profissionais situadas, articulando saberes teóricos e vivências institucionais, conforme destacado por Maria Cecília de Souza Minayo.

A pesquisa foi desenvolvida no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como participantes profissionais da equipe de segurança do trabalho. A escolha desse público fundamenta-se na

compreensão de que a promoção da acessibilidade e da inclusão no ambiente hospitalar demanda uma atuação interdisciplinar, envolvendo não apenas aspectos estruturais, mas também atitudes, práticas e processos institucionais (SASSAKI, 2009).

A intervenção consistiu na realização de uma ação educativa no formato expositivo-dialogado, estruturada a partir da problematização de situações concretas vivenciadas no cotidiano institucional. Tal estratégia metodológica dialoga com a perspectiva da educação problematizadora proposta por Paulo Freire, que defende a construção do conhecimento de forma crítica, participativa e contextualizada, valorizando o diálogo como elemento central do processo educativo.

A condução da atividade baseou-se na articulação entre experiência vivida, referenciais teóricos e normativas técnicas de acessibilidade, com destaque para a Associação Brasileira de Normas Técnicas por meio da norma NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos para a promoção da acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Além disso, consideraram-se as dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2009) — arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal —, compreendendo a inclusão como um processo amplo, que ultrapassa a eliminação de barreiras físicas e envolve a construção de ambientes acolhedores, equitativos e promotores de pertencimento.

Nesse sentido, a abordagem crítico-reflexiva adotada permitiu não apenas a transmissão de conteúdos normativos, mas também a sensibilização dos participantes quanto à importância de práticas inclusivas no cotidiano institucional, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional mais acessível e humanizada.

A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante, registro das interações e análise das discussões emergentes durante a atividade. A análise foi orientada por uma abordagem interpretativa, buscando compreender como os participantes ressignificam suas práticas a partir da experiência formativa.

Do ponto de vista ético, foram respeitados os princípios de confidencialidade e anonimato dos participantes, considerando o caráter formativo da atividade e a natureza do relato de experiência.

DISCUSSÃO

Contextualização da ação educativa

O presente relato de experiência tem como ponto de partida a palestra intitulada “*Diversidade e inclusão no ambiente de trabalho*”, realizada em dezembro/2025 no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A atividade teve como foco a análise de situações cotidianas no ambiente laboral, tais como: a circulação em corredores, a organização do mobiliário e as dinâmicas de comunicação interpessoal,

evidenciando como esses elementos podem tanto constituir barreiras quanto favorecer a acessibilidade.

A condução da ação foi realizada pela autora (A.M.), pessoa com deficiência visual, 47 anos, servidora da Universidade Federal de Pernambuco há 14 anos. Sua trajetória profissional é marcada pela construção e aplicação de estratégias voltadas ao enfrentamento de diferentes tipos de barreiras — estruturais, tecnológicas e atitudinais. A partir de sua experiência vivida, a facilitadora promoveu reflexões críticas e práticas sobre o cotidiano institucional, contribuindo para a sensibilização dos participantes e para a ressignificação de práticas no contexto do trabalho.

Observou-se que os participantes possuíam maior familiaridade com normas de segurança, porém menor compreensão das dimensões subjetivas da inclusão, corroborando a necessidade de ações educativas que integrem aspectos técnicos e humanos (BRASIL, 2013).

Ao longo de toda a atividade, a facilitadora abordou de forma transversal e articulada os conceitos de acessibilidade e inclusão, promovendo reflexões contínuas sobre suas diferenças, complementaridades e implicações nas práticas cotidianas.

Embora frequentemente utilizadas como sinônimos, constituem conceitos distintos e complementares no campo das políticas públicas e das práticas institucionais. A acessibilidade refere-se às condições objetivas que possibilitam o acesso seguro e autônomo aos espaços, serviços e informações, sendo regulamentada por normativas técnicas como a ABNT NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020), que estabelece critérios para a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e informacionais. Nessa perspectiva, a acessibilidade pode ser compreendida a partir de múltiplas dimensões — arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal — que, articuladas, visam garantir condições equitativas de participação (Sasaki, 2009).

Entretanto, a inclusão ultrapassa o campo da adequação técnica, ao envolver a efetiva participação dos sujeitos nos contextos sociais, institucionais e relacionais. Trata-se de um processo que demanda transformação de práticas, valores e culturas organizacionais, de modo a reconhecer e acolher as diferenças como parte constitutiva do ambiente coletivo (Mantoan, 2003; Diniz, 2007). Assim, enquanto a acessibilidade responde à possibilidade de acesso, a inclusão se concretiza na qualidade da permanência e nas relações estabelecidas no cotidiano.

Nesse sentido, não basta garantir que a pessoa com deficiência consiga entrar, circular ou utilizar os espaços institucionais; é fundamental que ela se sinta parte, reconhecida em sua singularidade e respeitada em sua autonomia. Afinal, mais do que acessar um lugar, incluir é permitir que o sujeito se perceba pertencente — ao setor, à equipe e à própria instituição.

Articulação entre vivência prática e NBR 9050

Durante a apresentação, foram discutidas situações concretas do cotidiano institucional, como a presença de obstáculos em áreas de circulação, frequentemente repositionados ao longo do mesmo corredor. Tal dinâmica exige da pessoa com deficiência visual um esforço contínuo de reorientação espacial, implicando a necessidade de refazer o reconhecimento do ambiente, o que contribui para a chamada “fadiga de acesso” — compreendida como o desgaste cognitivo decorrente da constante adaptação a barreiras e mudanças no espaço (Sasaki, 2009; OMS, 2010).

Também foram apontadas como a ausência de sinalização adequada e a insuficiência de iluminação torna as atividades diárias mais exaustivas. Embora tais aspectos possam parecer elementares, medidas simples — como a sinalização de piso molhado com cones de cores refletivas — têm impacto significativo para pessoas com baixa visão, favorecendo a percepção de riscos e a segurança no deslocamento. Do mesmo modo, discutiu-se a importância de condições adequadas de iluminação, tanto nas áreas de circulação quanto nos postos de trabalho, de modo a potencializar a autonomia e o conforto visual dos trabalhadores (BRASIL, 2015; Dischinger; Bins Ely; Piardi, 2012).

Quadro 1: Inclusão na prática, slide apresentado durante a palestra

Inclusão na Prática
<ul style="list-style-type: none">● Proporcionar ambiente sem obstáculos, (Projeto Barreira ZERO - Repense seu espaço!);● Ter boa iluminação e sinalização;● Treinar a equipe para comunicação e interação corretas ;● Disponibilizar tecnologias assistivas (leitores de tela, lupas);● Praticar cultura de respeito e valorização (Foco nas habilidades).

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2026

A partir dessas reflexões, evidenciou-se que a acessibilidade no ambiente de trabalho não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas envolve a construção de condições estáveis, previsíveis e sensíveis às diferentes formas de percepção e interação com o espaço.

Essas questões foram relacionadas às diretrizes da NBR 9050, evidenciando que a acessibilidade requer não apenas adequação estrutural, mas também manutenção e uso adequado dos espaços (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

Estratégias de sensibilização

A utilização de exemplos práticos, denominados “**gotas de inclusão no dia a dia**”, faz alusão a pequenas atitudes, continuamente reforçadas, que contribuem para tornar o convívio mais acessível, respeitoso e acolhedor. A estratégia teve como objetivo desmistificar receios e inseguranças relacionados às interações com pessoas com deficiência visual, abrangendo

desde o primeiro contato até formas adequadas de oferecer auxílio, especialmente na condução e na orientação no espaço.

Entre as orientações abordadas, destacam-se: a identificação verbal ao se aproximar, o aviso ao se afastar, o uso de direções claras (evitando termos vagos como “ali” ou “lá”) e a descrição objetiva do ambiente. Também foram discutidas formas adequadas de auxílio na locomoção, com base em princípios da Orientação e Mobilidade, como oferecer o braço para guiar, respeitar o ritmo da pessoa e comunicar previamente mudanças no trajeto, práticas amplamente recomendadas por profissionais e instituições especializadas (LARAMARA, 2010; OMS, 2010; Dischinger; Bins Ely; Piardi, 2012).

Quadro 2: gotas de inclusão no dia a dia

- Nunca deixe uma porta entreaberta.
- Ao orientá-la, dê direções do modo mais claro possível.
- Diga **DIREITA** ou **ESQUERDA**, de acordo com o caminho que ela necessite. Nunca use termos como “ali”, “lá”.

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2026

Essa abordagem mostrou-se eficaz para a sensibilização dos participantes, ao traduzir princípios abstratos de inclusão em práticas concretas, simples e aplicáveis no cotidiano profissional, favorecendo a incorporação de condutas mais inclusivas nas rotinas institucionais.

A partir da compreensão que a pessoa com baixa visão pode apresentar redução do campo visual e comprometimento da noção espacial, evidencia-se que não é suficiente apenas sinalizar pisos e tetos; torna-se necessário também delimitar superfícies e destacar, de forma clara, os pontos de início e término dos elementos no ambiente.

Nesse contexto, estruturas como portas de vidro exigem atenção especial. Não basta apenas indicar sua existência: é fundamental adotar recursos que evidenciem sua posição e estado — se abertas ou fechadas — por meio de contrastes visuais, faixas de sinalização ou outros dispositivos que ampliem sua percepção (Figura 1). Tais medidas são essenciais para prevenir colisões e garantir maior segurança às pessoas com deficiência visual.

Figura 1: Superfícies da porta realçadas



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2026

Essas práticas estão alinhadas à compreensão de que atitudes inclusivas e informadas são fundamentais para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, conforme previsto na legislação brasileira, que enfatiza não apenas a eliminação de barreiras físicas, mas também a superação de barreiras atitudinais (BRASIL, 2015; Sasaki, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada evidenciou uma mudança significativa na percepção dos participantes, inicialmente centrada em uma compreensão normativa e técnica da acessibilidade, para uma perspectiva ampliada, que reconhece a inclusão como um processo que envolve dimensões estruturais, comunicacionais e atitudinais. A discussão de situações cotidianas — como barreiras na circulação, ausência de sinalização adequada e falhas na comunicação com pessoas com deficiência visual — permitiu compreender que a conformidade com parâmetros técnicos, embora essencial, não é suficiente para garantir a inclusão.

Sob a perspectiva do modelo social da deficiência, evidenciou-se que as barreiras ambientais e, sobretudo, atitudinais constituem elementos centrais nos processos de exclusão (Diniz, 2007). Nesse sentido, a incorporação de práticas simples e de baixo custo, como identificação verbal,

descrição do ambiente e uso de referências espaciais claras, mostrou-se fundamental para fortalecer a dimensão relacional da inclusão e qualificar as interações no ambiente de trabalho (Mantoan, 2003).

A articulação entre norma técnica e experiência vivida revelou-se potente para promover deslocamentos conceituais e práticos, contribuindo para que os participantes reconhecessem que a segurança do trabalho também envolve a promoção de ambientes acessíveis, acolhedores e inclusivos (Sasaki, 2009; OMS, 2010). Assim, os resultados corroboram a compreensão de que a inclusão pressupõe participação plena e efetiva, conforme estabelecido na legislação brasileira (BRASIL, 2015), demandando não apenas adequações físicas, mas também reconfigurações institucionais, culturais e relacionais.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da acessibilidade no ambiente corporativo requer a convergência entre estrutura, cultura e prática profissional, sendo ações educativas como a relatada fundamentais para a construção de ambientes mais seguros, equitativos e inclusivos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2026.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*. Florianópolis: UFSC, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LARAMARA. *Orientação e mobilidade: princípios e práticas*. São Paulo: LARAMARA, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre a deficiência. Genebra: OMS, 2010. Disponível em: Relatório mundial sobre a deficiência. Genebra: OMS, 2010. Acesso em: 4 abr. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.